



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 14 de janeiro de 2013

<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> O que a balança comercial revela.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Indústria fecha 2012 com produtividade em queda e falta de novos investimentos .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Guerra dos portos: paz ou nova batalha? .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> MP concede auxílio a estados para combater guerra fiscal .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ESTADAO.COM</b> Brasil é o país com menor importação .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Dilma reúne ministros para planejar novas ações .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Vendas de PCs caem pela primeira vez em 5 anos .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>FOLHA DE SÃO PAULO</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>O que a balança comercial revela</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Fernando Pimentel**

**A despeito das análises negativas, o Brasil nunca exportou tanto quanto no último biênio. Alguns produtos tiveram recorde de exportação**

O Brasil fechou 2012 com exportações da ordem de US\$ 242,6 bilhões -o segundo melhor resultado da série histórica- e um superavit de US\$ 19,4 bilhões, a despeito do agravamento da crise econômica internacional.

No entanto, foi a queda de 34,8% do saldo positivo da balança comercial na comparação com 2011 que concentrou a atenção dos analistas, impedindo que se enxergasse muitos outros aspectos do bom resultado de 2012.

Bom resultado? Sim, e vejamos por quê. Antes de tudo, em nenhum outro biênio, o Brasil exportou tanto quanto nos últimos dois anos.

Em 2012, mantivemos o patamar elevado de exportações atingido em 2011, ano de recorde das nossas vendas externas. É preciso lembrar que já em 2011 tínhamos aumento de 27% em relação ao ano de 2010. Ou seja, a queda de 5,3% das exportações em 2012 tem que ser vista no contexto de um patamar muito elevado no ano anterior.

A corrente de comércio de 2012 foi a segunda maior da série histórica, com o registro de que 82% do que o Brasil importou no ano passado foram insumos e bens de capital, ou seja, alavancas para o crescimento econômico.

É sabido que as importações -dentro de parâmetros legais- contribuem para a competitividade da indústria brasileira e para as próprias exportações do país. Prova disso é que na lista dos cem maiores importadores brasileiros em 2012, 94 também exportaram.

Pode ter passado despercebido o fato de que, entre todas as categorias, as exportações de manufaturados apresentaram a menor queda (-1,7%). Em outras palavras, a venda de manufaturados evitou uma queda maior nas exportações em 2012.

Num ano marcado pela crise externa, o Brasil bateu recorde de exportação de produtos como ônibus, bombas e compressores, motores e geradores elétricos. Também as exportações de aviões cresceram 21% em relação a 2011.

Não se pode ignorar o impacto da crise internacional - e, em particular, da queda de preços de commodities- sobre o nosso comércio exterior. Obviamente, não se trata de negar a redução do superavit, mas um simples exercício aritmético permite concluir que, mantidos os preços do minério de ferro praticados em 2011, só as exportações dessa commodity teriam agregado US\$ 10,3 bilhões ao resultado de 2012.

Essa diferença teria elevado nosso saldo aos quase US\$ 30 bilhões de 2011, praticamente zerando a queda das exportações.

Notem que outros países exportadores de commodities minerais experimentaram quedas relevantes em seus saldos. De janeiro a outubro, a Austrália registrou perdas de 63%. No Chile, a queda foi de 72% entre janeiro e novembro.

Convém ainda um comentário sobre a Argentina. Apesar de persistirem dificuldades administrativas para exportadores brasileiros, poucos analistas notaram que a maior parte da queda das vendas está relacionada ao desaquecimento da economia do país vizinho e do efeito preço de alguns produtos: minério de ferro (-43%), combustíveis (-71%), aviões (-100%), energia elétrica (-39%) experimentaram queda significativa apenas por motivos relacionados à situação econômica da própria Argentina e do mundo.

Num cenário em que o mundo ainda se ressentia dos efeitos da crise, pode-se considerar claramente positivo o resultado das exportações brasileiras em 2012, que, repito, atingiram o segundo maior valor da série histórica. Uma leitura da realidade que não leve em conta as variáveis aqui mencionadas certamente não conta toda a história.

Em 2013, o início de recuperação da economia internacional, combinada aos resultados de medidas adotadas pelo governo brasileiro para aumentar a competitividade da indústria nacional, decerto vai produzir efeitos positivos sobre o nosso comércio exterior.

Agora é trabalhar para mais um ano de bons resultados.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria fecha 2012 com produtividade em queda e falta de novos investimentos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Carlos Giffoni | De São Paulo

Enquanto a **produção** industrial no **Brasil** não dá sinais consistentes de fortalecimento, a produtividade do setor acumula quedas. Entre janeiro e novembro de 2012, a produtividade industrial recuou 0,7%, na comparação com igual período do ano anterior, segundo cálculos do Valor. Entre 18 setores pesquisados, oito perderam eficiência ao longo de 2012. Esse desempenho fraco deixado como herança para 2013 se soma à falta de investimentos e aos altos custos de mão de obra para trazer pessimismo ainda maior sobre o vigor da atividade industrial neste ano.

Mariana Hauer, economista do banco ABC Brasil, afirma que os ganhos de produtividade vêm, sobretudo, via investimentos, que já estão baixos na indústria. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a **produção** de bens de capital acumula queda de 11,6% no intervalo entre janeiro e novembro de 2012, ante igual período do ano anterior. "Se não há investimento, não há ganho de produtividade."

Além da falta de novos investimentos, o espaço de "manobra" da indústria foi reduzido com os custos altos, principalmente em mão de obra. "O **mercado** de trabalho e o varejo estão aquecidos, pressionando o setor de serviços. Com isso, aumentam os custos de mão de obra e a indústria, que está com dificuldades para crescer, não consegue acompanhar", afirma.

Para Rogério César de Souza, economista-chefe do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi), o cenário para investimento nem está ruim, mas as incertezas que ainda marcam o cenário econômico em 2013 criam desconforto em industriais com quem ele conversou. "Os empresários têm me dito que o câmbio está favorável e que esperam aumentar as **exportações**, que há um **mercado** interno em crescimento e relativa melhora no cenário externo, mas ainda há muita incerteza e eles não devem fazer grandes apostas em 2013", diz.

Aumentar a produtividade com o emprego estagnado não é um ganho de produtividade "virtuoso", como qualifica o economista-chefe do Iedi. O ideal é quando **produção** e

emprego crescem juntos, mas esse movimento não será observado neste ano, diz Souza. "O ano vai começar com bastante cautela. O investimento está na ponta do lápis. O custo de investir não está caro, mas ainda não se sabe se esse investimento terá retorno. Eles devem segurar o emprego mesmo que a **produção** volte a crescer."

A última vez em que a produtividade da indústria cresceu na comparação com o mês anterior foi em agosto, quando houve alta de 1,5%. Naquele mês, a **produção** industrial cresceu 1,5% ante julho, com ajuste sazonal, e o número de horas pagas na indústria não variou. "A indústria seguiu o emprego durante muito tempo, o que aumentou os custos e reduziu as margens de lucro, com a **produção** em queda", diz Souza. Apesar de não ter variado na passagem de outubro para novembro, com ajuste sazonal, o pessoal ocupado no setor acumula queda de 1,4% em 2012, até novembro, ante igual período de 2011.

Leandro Padulla, economista da MCM Consultores, projeta queda de 0,8% da **produção** industrial em dezembro, na comparação dessazonalizada com novembro, mas sem que haja redução no número de horas pagas, o que implica novo recuo de produtividade. São os altos custos trabalhistas embutidos nas demissões que explicam a estabilidade do emprego no setor na passagem de outubro para novembro, quando houve queda dessazonalizada de 0,6% da **produção**, segundo o economista do Rodrigo Lobo, do IBGE. De acordo com ele, para os empresários, ainda não ficou claro qual será o cenário da atividade industrial nos próximos meses. "Para evitar custos trabalhistas, os empresários mantiveram as vagas", diz.

Mariana, do ABC Brasil, não acredita num cenário otimista para a produtividade da indústria em 2013. Segundo ela, a produtividade não deve recuar, como em 2012, mas, na melhor das hipóteses, considerando um crescimento da atividade geral na ordem de 3,5%, a produtividade crescerá "bem pouco". No entanto, a economista aposta que novos incentivos fiscais do governo ainda devem vir em 2013 e outros, como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que oferece taxas de juros mais baixas para investimentos em máquinas, tratores e caminhões, podem surtir efeito mais

visível ao longo deste ano. "O investimento pode vir daí, em bens de capital, mas os dados da indústria, até agora, não mostraram isso."

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (**PIMes**), do IBGE, divulgada sexta-feira, o

pessoal ocupado na indústria não variou na passagem de outubro para novembro, feitos os ajustes sazonais. No entanto, o número de horas pagas caiu em 0,2% e a folha de pagamento real cresceu 7,8% - puxada pelo 13º salário e participação nos lucros. (Colaborou Diogo Martins, do Rio)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Guerra dos portos: paz ou nova batalha?</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Opinião Jurídica

### Gustavo Brigagão

Uma das várias facetas com que a guerra fiscal se apresenta é aquela que ficou conhecida como guerra dos portos, em que Estados concedem benefícios fiscais a quem realize **importações** pelo seu território, atraindo para si a arrecadação do **ICMS** incidente na **importação**. Sem tais benefícios, o referido imposto seria recolhido a outro Estado.

Claro que não há aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, o Confaz, para a concessão desses benefícios, conforme exige a Constituição Federal.

A primeira batalha travada nessa guerra teve por objeto as **importações** chamadas de triangulares - aquelas em que, por meio da interposição de empresas consignatárias, busca-se atribuir competência tributária ao Estado que concede o benefício fiscal, em detrimento daquele em que se dá o desembaraço e para o qual a **mercadoria** é efetivamente destinada.

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) firmou posição no sentido de que o destinatário jurídico da **mercadoria importada** - cuja localização, no entendimento do tribunal, define a competência para a cobrança do **ICMS** - será aquele a quem, nos termos do negócio jurídico subjacente à **importação**, é efetivamente destinada a **mercadoria**. Pouco **importando** onde é localizada a empresa que figura como mera representante dos interesses da **importadora**, simples consignatária dos bens **importados**.

Extintas as operações triangulares, restava, ainda, a batalha relativa às **importações** regulares, em que a empresa **importadora**, atraída por benefícios fiscais, efetivamente se estabelece no Estado que os concede.

E o primeiro tiro se deu com a edição da Resolução nº 13/12, pela qual o Senado Federal determinou que, a partir de 1º de janeiro deste ano, a alíquota do **ICMS** nas operações interestaduais com bens e **mercadorias importados** do exterior passará a ser de 4%. Atualmente, as alíquotas que oneram as operações interestaduais são de 7% ou 12%, conforme os Estados envolvidos.

Essa nova alíquota se aplicará aos bens e **mercadorias** que, **importados** do exterior, não tenham sido submetidos a processo de industrialização após o desembaraço aduaneiro, ou, caso o tenham, apresentem conteúdo de **importação** superior a 40%.

### Talvez a solução seja promover uma reforma um pouco mais abrangente

A Resolução previu que caberia ao Confaz baixar normas definidoras dos critérios e procedimentos a serem observados no processo de Certificação de Conteúdo de **Importação**, e à Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) a definição dos bens e **mercadorias importados** do exterior sem similar nacional, em relação aos quais as regras referidas no parágrafo anterior não serão aplicáveis.

Diante dos óbvios prejuízos que seriam causados à economia local, o governo do Espírito Santo propôs ação direta de inconstitucionalidade contra as disposições da Resolução nº 13. E merecem destaque, entre outros, dois argumentos que suportam essa ADI.

Primeiro, que a competência constitucionalmente outorgada ao Senado se limita à definição das alíquotas aplicáveis às operações interestaduais com o objetivo de repartir receitas entre os Estados de origem e destino, e não o de adotar políticas extrafiscais.

Segundo, mesmo que tal competência tivesse sido outorgada ao Senado, ter-se-ia que observar o princípio constitucional que veda a adoção de tratamento tributário desigual a bens ou **mercadorias** em razão da procedência ou destino.

Quanto ao primeiro argumento, a competência outorgada ao Senado foi para definir alíquotas interestaduais com a finalidade específica de repartir receitas entre os Estados. Objetiva-se, com isso, privilegiar o pacto federativo e permitir que os Estados menos desenvolvidos recebam fatia maior da carga tributária incidente na operação interestadual.

De fato, quanto menor a alíquota interestadual, maior a arrecadação interna no Estado de destino, o que justifica, por exemplo, que tenha sido fixada a alíquota menor de 7% para

as operações interestaduais originadas nos estados do Sul e Sudeste e destinadas aos estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ao Espírito Santo Essa alíquota reduzida (de 7%) permite que esses Estados, menos desenvolvidos, tenham uma parcela maior da arrecadação decorrente da tributação nas operações internas neles realizadas.

A tanto pode ir o Senado. Mas jamais extrapolar esses limites, para, por intermédio da fixação de alíquotas interestaduais, pretender definir políticas que visem sanar patologias decorrentes do mau uso de benefícios fiscais. Para esse fim, a Constituição expressamente prevê a criação de mecanismos próprios, há muito definidos na Lei Complementar nº 24, de 1975.

Também parece proceder o segundo argumento. Ao estabelecer alíquota diferenciada para operações interestaduais com bens **importados** do exterior não industrializados no país, ou com conteúdo de **importação** superior a 40%, a Resolução nº 13 cria exatamente o que a Constituição e os acordos internacionais celebrados pelo **Brasil** buscam evitar: a adoção de tratamento tributário desigual a bens em razão da sua procedência ou destino.

De fato, apesar de o tratamento diferenciado ter sido previsto para operação que ocorre no país (operação

interestadual), o único elemento que propicia essa diferenciação é o fato de o produto ter sido **importado**, ou ter relevante conteúdo de **importação**. O que é mais do que suficiente para caracterizar a prática que a Constituição visa coibir.

Ou seja, foi um tiro n'água, principalmente se for levada em conta a forma como a matéria foi regulamentada pelo Confaz.

Talvez a solução seja, como propõe o ministro da Fazenda, Guido Mantega, promover uma reforma um pouco mais abrangente e unificar a alíquota interestadual em 4%, de forma que ela seja aplicável indiscriminadamente a todo e qualquer bem ou **mercadoria** (e não somente aos **importados**). Será atingido o mesmo fim, deixando a salvo os princípios constitucionais.

Gustavo Brigagão é advogado, sócio do escritório Ulhôa Canto

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>MP concede auxílio a estados para combater guerra fiscal</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A medida provisória reduz gradualmente a alíquota do ICMS, até chegar a 4%.**

O Congresso analisa a Medida Provisória 599/12, que, segundo o governo, tem por objetivo iniciar a reforma do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) e combater a chamada “guerra fiscal”. Pela proposta, o imposto estadual será reduzido gradualmente até a alíquota de 4%. O tempo para alcançar esse índice varia de acordo com a região.

Para compensar possíveis perdas de estados e municípios, o Executivo institui o pagamento de auxílio financeiro a esses entes federados na proporção das perdas verificadas. O auxílio será limitado a R\$ 8 bilhões anuais. Caso haja perdas maiores que esse limite, o dinheiro será distribuído proporcionalmente aos prejuízos observados.

#### **Transferência obrigatória**

Segundo o texto, o auxílio financeiro terá caráter de transferência obrigatória, devida pelo período de 20 anos. Os pagamentos serão realizados em 12 parcelas iguais, até o último dia útil de cada mês. Dívidas de estados ou municípios com a União serão descontadas das transferências. Os estados receberão 75% do montante de perdas apurado, enquanto os demais 25% serão entregues diretamente aos municípios.

Caberá à Receita Federal apurar as possíveis perdas com a redução do **ICMS** até o mês de julho de cada ano, com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas no exercício anterior. O pagamento, no entanto, será referente ao segundo ano anterior à compensação, e os valores serão corrigidos com base na variação média do Produto Interno Bruto (**PIB**) do quadriênio imediatamente anterior ao exercício em que se fizer a apuração dos valores.

#### **Novas alíquotas**

Para que essas medidas entrem em vigor, entretanto, primeiramente o Senado terá de aprovar resolução com as novas alíquotas do **ICMS**. Para as operações e prestações realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, destinadas às regiões Sul e Sudeste, o imposto deverá ser reduzido em 1 ponto porcentual por ano ao longo

de 12 anos – começa com 11% em 2014 e chega a 4% em 2025.

Nas transações iniciadas nas regiões Sul e Sudeste com destino às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e também para o Espírito Santo, o **ICMS** deverá chegar a 4% em três anos, já em 2016. Em 2014, será de 6%.

Para as demais operações e prestações, as alíquotas serão de 9% em 2014, 6% em 2015 e 4% em 2016. Produtos da **Zona Franca** de **Manaus** e gás natural permanecem com a atual cobrança de 12% do imposto estadual.

#### **Fundo de desenvolvimento**

A medida provisória também institui o Fundo de **Desenvolvimento Regional** (FDR), com a finalidade de financiar projetos de investimento e **desenvolvimento** produtivo. Entre 2014 e 2033, a União prevê destinar ao fundo R\$ 222 bilhões, corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Além disso, irá destinar outros R\$ 74 bilhões diretamente a estados e municípios pelo mesmo período, com o mesmo objetivo.

De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a criação do fundo é fundamental para a reforma do **ICMS** e tem por objetivo substituir a guerra fiscal. Isso porque, segundo o ministro, os estados adotam a prática “ilegal” de conceder descontos no **ICMS** como forma de atrair empreendimentos. Com o fundo, o governo pretende financiar propostas de investimento produtivo elaboradas diretamente pelos estados.

Para integrar os projetos dos estados e avaliar os resultados das ações, a MP também cria o Conselho Gestor do FDR. O órgão será vinculado diretamente ao **Ministério** da Fazenda.

#### **Tramitação**

A MP será analisada por uma comissão mista antes de ser encaminhada ao Plenário da Câmara e, posteriormente, ao Senado. A partir de 21 de março, ela passará a trancar a pauta da Casa (Câmara ou Senado) onde estiver tramitando.

#### **Saiba mais sobre a tramitação de MPs**

Íntegra da proposta:

MPV-599/2012

Reportagem – Maria Neves

Edição – Pierre Triboli

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brasil é o país com menor <u>importação</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Com compras externas correspondentes a 13% do PIB, País aparece como o mais fechado entre 179 nações listadas pelo Banco Mundial FERNANDO DANTAS / RIO - O Estado de S.Paulo**

O Brasil é o país que menos importa no mundo, como proporção do seu PIB. Os dados são do Banco Mundial, e mostram como a economia brasileira é fechada, apesar das reclamações de empresários sobre a concorrência externa.

Em 2011, segundo o Banco Mundial, o Brasil teve exportações de bens e serviços equivalentes a 13% do PIB. Numa lista de 179 países, o Brasil é o que tem a menor relação entre importações e PIB. A grande maioria dos dados é de 2011, mas, no caso de alguns países, o dado é de anos anteriores (de 2007 a 2010).

No grupo dos Brics, por exemplo, a China tem importações de produtos e serviços de 27% do PIB, a Índia de 30% e a Rússia de 21%. Entre as principais economias da América Latina, o México tem importações correspondentes a 32% do PIB, a Argentina a 20% e a Colômbia a 17%. Mesmo os Estados Unidos, que são a maior e mais diversificada economia do mundo, apresentam uma proporção de importações sobre o PIB de 16%, maior do que a brasileira.

"Se a economia se fecha, a escala de produção é menor, o País não importa as tecnologias mais avançadas e a produtividade é prejudicada", diz o economista Edmar Bacha, um dos "pais" do Plano Real, e hoje diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (Iepe/CdG).

Ele nota que uma empresa como a Embraer importa a grande maioria dos seus componentes (como os motores Rolls-Royce britânicos), mas, em compensação, tem um produto competitivo no mercado internacional que lhe garante uma escala global para as suas vendas.

A preocupação de Bacha e de outros economistas liberais é com o que veem como uma "guinada protecionista" do atual governo. Esta mudança pode ser vista na elevação das tarifas de cem produtos, acertada com os demais parceiros do Mercosul, e na proliferação de medidas de exigência de "conteúdo nacional" em áreas tão distintas como petróleo, automóveis, telecomunicações e medicamentos.

Custo dos investimentos. Em recente pesquisa com Regis Bonelli, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas no Rio (FGV-Rio), Bacha investiga a alta histórica, ao longo do processo de industrialização brasileiro, do custo dos investimentos. Eles encontram evidência de que a substituição de maquinário importado por nacional é uma das causas desse processo que, segundo Bacha, é totalmente discrepante em relação à experiência histórica de quase todos os países. Como os investimentos incluem também a construção civil, o economista suspeita que cartéis em setores como cimento e aço também contribuam para o alto preço das inversões no Brasil.

Bacha nota que o preço dos investimentos parou de crescer a partir de 1994, o que atribui aos efeitos da abertura comercial do início dos anos 90. Mas o custo de investir permaneceu num patamar elevado. Para o economista, a guinada protecionista do governo torna ainda mais improvável que o custo do investimento no Brasil convirja para níveis mais comparáveis com os de outros países.

Para o economista Maurício Canêdo, do Ibre, um problema particularmente grave das recentes medidas protecionistas é que elas atingem insumos intermediários, como máquinas e equipamentos. "Proteção em bens finais, como automóveis, é ruim, mas dá para lidar com isso; já proteção em máquinas e equipamentos é péssimo", diz.

A razão, segundo Canêdo, é que medidas protecionistas para insumos intermediários oneram a economia como um todo, além de limitarem o acesso a novas tecnologias.

"Boa parte dos erros cometidos nas décadas de 60 e 70 têm a ver com proteger demais o mercado desses insumos, e aparentemente estamos cometendo o mesmo erro agora", critica. O economista nota que a recente desvalorização do real já contribui para tornar mais caro o preço de máquinas importadas.

Tanto Bacha quanto Canêdo chamam a atenção para o fato de que até o Ministério da Saúde tem políticas voltadas ao conteúdo nacional. "O Ministério da Saúde deveria estar mais preocupado em diminuir a incidência de doenças do que

em viabilizar a **produção** de equipamentos médicos no Brasil, o que pode até aumentar seu preço", diz Canêdo.

Protecionismo. O economista Fernando Rocha, sócio da gestora de recursos JGP, no Rio, acha que "houve sim uma guinada protecionista, e o governo está mais propenso a ouvir lobbies que pedem proteção". Ele acrescenta, no entanto, que a postura do governo brasileiro deve ser vista no contexto mais amplo de uma tendência global ao protecionismo. "O ambiente de crise nem sempre leva ao melhor do ponto de

vista econômico - em casa que falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão", comenta.

Dados levantados pela JGP mostram que as **importações** brasileiras como proporção do **PIB** em 2012 estavam em 9,8%, menos que os 10% de 2001. Os números são diferentes dos dados do Banco Mundial porque não incluem os serviços. Já as **exportações** brasileiras de bens chegaram a 10,7% do **PIB** em 2012, praticamente o mesmo nível de 2001, quando foram de 10,5%.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma reúne ministros para planejar novas ações</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Na semana passada, presidente recebeu vários empresários para discutir a economia em 2013

Após receber empresários na primeira semana de volta ao trabalho em 2013, a presidente Dilma Rousseff reúne-se a partir de hoje com ministros para planejar novas ações do governo de estímulo à competitividade e ampliar o financiamento e investimentos em infraestrutura.

Na última quinta e sexta-feira, a presidente ouviu as expectativas dos empresários sobre o crescimento da economia brasileira para este ano, diante do desempenho ruim em 2012.

Ouviu deles, segundo fontes do governo, a garantia de que participarão em leilões em portos e aeroportos, vão estender investimentos em **produção** e, atendendo uma das maiores preocupações do governo, manter estáveis os índices de emprego - a marca próxima do pleno emprego tem sido um dos principais ingredientes da alta aprovação do governo Dilma.

"Nossa preocupação muito grande é a necessidade que se tem de ampliar investimentos. Esse país nunca teve o volume de obras que está tendo, nunca teve o volume de obras que está programado e é preciso que você amplie o financiamento do setor privado", disse Rodolpho Tourinho, presidente do Sindicato Nacional da Indústria Pesada (Sinicon).

A presidente havia afirmado, em conversa com jornalistas no final de dezembro, que era preciso que bancos privados participassem mais de financiamentos de longo prazo para complementar o que o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Social e Econômico (**BNDES**) já oferece ao setor produtivo.

Na sexta-feira, o presidente do Bradesco, Luiz Trabuco, estava entre os que mantiveram reuniões com a presidente. Ela

também se reuniu com o presidente do Grupo Lafarge, Bruno Lafont. Na quinta, recebeu os presidentes da Vale, Murilo Ferreira, da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e Rubens Ometto, presidente do Conselho de Administração da Cosan.

De uma forma geral, os empresários demonstraram acreditar em uma maior recuperação da economia neste ano.

Para o governo, é essencial crescer já no primeiro trimestre do ano, sinalizando a perspectiva econômica mais positiva para este início da segunda metade do mandato de Dilma, que deve enfrentar uma campanha para reeleição no ano que vem.

"Muita coisa já está sendo feita. A gente precisa colocar agora em prática, acho, apontar o direcionamento", disse Odebrecht.

Em 2012, apesar dos inúmeros incentivos dados pelo governo e de a Selic ter sido reduzida para a mínima histórica de 7,25% ao ano, a economia brasileira não decolou e deve ter expansão de cerca de 1%. Entre as medidas tomadas pelo governo, estão a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos da chamada linha branca e automóveis e a desoneração de folha de pagamento em diversos setores.

A crise internacional é um dos fatores apontados pela equipe econômica para o mau desempenho, que defende que a recuperação já está em curso.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Vendas de PCs caem pela primeira vez em 5 anos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Fabricantes venderam 89,8 mi de máquinas no 4º tri de 2012, queda de 6,5% sobre 2011

As vendas globais de PCs na temporada de fim de ano caíram pela primeira vez em mais de cinco anos, de acordo com a empresa de análise do mercado de tecnologia IDC. Os fabricantes de computadores venderam 89,8 milhões de PCs em todo o mundo no quarto trimestre do ano passado, 6,4% abaixo do resultado do período um ano antes. Foi um número ligeiramente pior que o esperado pela maioria, e o pior desempenho do setor em mais de cinco anos, depois que a economia mundial começou a enfrentar a pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial. Para o ano de 2012, as vendas somaram 352 milhões de computadores pessoais, 3,2% abaixo do total de 2011. É o primeiro declínio anual desse mercado desde 2001, quando o mercado sofreu recuo após os ataques de 11 de setembro contra os Estados Unidos. Para este ano, a IDC prevê modesto crescimento de 2,% nas vendas de computadores.

#### Windows 8

O novo sistema operacional Windows 8, da Microsoft, não estimulou os compradores e muitos acabaram optando por

tablets e smartphones. A queda coroa um ano terrível para fabricantes de computadores como a Hewlett-Packard, Lenovo Group e Dell. Isso porque essas empresas registraram seu primeiro declínio anual de vendas em mais de uma década, e sem sinais de que a situação vai melhorar rápido. Também é prova de um lançamento menos que espetacular para a mais recente versão do Windows, na qual a Microsoft está apostando para combater os avanços de aparelhos dotados de telas sensíveis a toques, como o iPad, da Apple no campo dos computadores. “A impressão é que até que o Windows 8 esteja totalmente instalado e os preços comecem a cair, ficaremos neste estágio de dinâmica negativa”, disse Aaron Rakers, analista da Stifel, Nicolaus & Co. Mas analistas afirmam que não se pode descartar ainda o Windows 8 — a mais radical mudança no sistema operacional Microsoft em 20 anos — uma vez que os consumidores estão se acostumando à sua interface baseada em blocos e com recursos de toque. No passado, o lançamento de um novo sistema operacional da Microsoft tendia a estimular uma alta de vendas de computadores pessoais, mas a IDC diz que os fabricantes simplesmente não levaram máquinas atraentes ao mercado em número suficiente.